

FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES: IMPRENSA E RESISTÊNCIA NO EXÍLIO¹

Greyce Falcao do Nascimento²

Resumo: Nos últimos anos, multiplicaram-se os estudos dedicados à ditadura militar brasileira. Esse interesse tem contribuído para ampliação das temáticas analisadas com destaque para o trabalho da imprensa. Diante de inúmeras tentativas de discuti-la no âmbito da sociedade nesse período, é importante lançar luz aos periódicos publicados no exílio, temática ainda pouco explorada em nossa historiografia. Assim como atuou de forma decisiva, em alguns momentos, na preparação e sustentação do golpe, a imprensa também foi utilizada como ferramenta de resistência e enfrentamento à ditadura. Nesse momento da história houve uma grande preocupação com o chamado setor de informações, que incluía todos os órgãos de comunicação, objetivando vigilância e possíveis punições para qualquer tentativa de “subversão”. O controle das informações a serem divulgadas buscava preservar a imagem do governo, num exercício de busca de silenciamento e repressão a alguns veículos de imprensa no Brasil. Valendo salientar que durante as diferentes fases da ditadura, a imprensa brasileira vivenciou vários papéis; alternativa, clandestina, colaboracionista e exilada, expressando uma série de tendências políticas naquele momento. O tema desse artigo é o Jornal Frente Brasileira de Informações - FBI. Fundado, dirigido e editado pelo ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, durante os quatorze anos em que viveu no exílio na Argélia. Buscaremos investigar a importância e repercussão do periódico no contexto da luta pela democracia e fim do arbítrio. O boletim circulou entre 1968 e 1973. Nesse momento o país vivia uma grande repressão política e multiplicavam-se as ações violentas e arbitrarias contra os opositores da ditadura.

Palavras-chave: Ditadura. Imprensa. Censura. Exílio.

Os estudos acerca do uso dos meios de comunicação no processo de controle social vêm ganhando importância nas pesquisas históricas. Isso devido aos paradigmas proporcionados pela Escola dos Annales, que propõem uma História Cultural.

Vemos, com a ampliação do campo de trabalho do historiador, o jornalismo sendo utilizado como fonte, objeto e documento de pesquisa. No Brasil, até a década de 1970 eram poucos os trabalhos que se utilizavam de jornais e revistas. Ainda predominava a forte

¹Trabalho apresentado no ST6 História política e tempo presente: Brasil e América Latina no III Seminário Internacional de História do Tempo Presente 2017.

²Doutoranda em História. Universidade Federal de Pernambuco, email:greycefalcao@hotmail.com

tradição positivista que buscava a verdade absoluta através dos documentos ditos oficiais. As fontes eram consideradas legítimas por conterem características como objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade e distanciamento temporal. Os jornais eram considerados fontes distorcidas, parciais e subjetivas, produzidos sob o influxo de interesses, compromissos e paixões.

A partir dos anos 1970 a imprensa foi considerada uma importante fonte primária em nosso país. Nos anos subsequentes, jornais, almanaques, folhetos publicitários, panfletos e revistas, passaram a ser usados em pesquisas acadêmicas sobre a militância política de grupos específicos, enfocando aspectos como a economia, a política e a cultura desses grupos.

Durante o exílio decorrente da ditadura militar brasileira, cerca de sessenta periódicos foram editados em diversos países, com diferentes regularidades, expressando uma série de tendências políticas naquele momento.

O Jornal *Frente Brasileira de Informações – FBI* foi fundado, dirigido e editado pelo ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, durante os quatorze anos em que viveu no exílio na Argélia. Sendo um importante instrumento na luta pela democracia e fim do arbítrio. O período analisado será de 1968 a 1973, pois compreende o tempo de existência do boletim. Nesse momento o país vivia uma grande repressão política e multiplicavam-se as ações violentas e arbitrárias contra os opositores da ditadura.

Isso porque logo após o golpe, houve um cerceamento das liberdades de organização, opinião e expressão. Além disso, civis e militares que estavam em consonância com o governo foram colocados em cargos estratégicos, nas áreas da saúde, educação, indústria, comunicações e sistema bancário. Enquanto que políticos de partidos de esquerda foram imediatamente depostos, presos e exilados.

Em Pernambuco, o governador em exercício Miguel Arraes foi deposto imediatamente após o golpe e levado preso para a Ilha de Fernando de Noronha, onde passou nove meses, sendo posteriormente transferido para a prisão da Companhia de Guardas do Corpo de Bombeiros do Recife. Seguindo após quatro meses para a Fortaleza de Santa Cruz, no Rio Janeiro. Última reclusão antes da partida para o exílio. O político e sua esposa desembarcaram em 17 de junho de 1965, em Argel, capital da Argélia.

Durante o exílio Miguel Arraes desenvolveu uma intensa atividade política, não apenas relacionada à ditadura no Brasil, mas também em outras nações que buscavam sua independência. O ex-governador conheceu essas realidades e diversos líderes mundiais

relacionados com os movimentos progressistas. Como uma forma de garantir o sustento da família e de ajudar os exilados que chegavam na Argélia, atuou como consultor, onde manteve contatos privilegiados com os movimentos de libertação africanos, com progressistas europeus e com o escritório da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e com seu líder, Yasser Arafat (falecido em 2004).

Miguel Arraes estabeleceu muitos contatos e circulou por diferentes cenários políticos, como Europa, Chile, Cuba, China e Palestina. Além disso, os estudos e análises publicados por ele tiveram grande repercussão, recebendo convites para participar de seminários, debates e congressos.

Frente Brasileira de Informações também teve como fundadores Maria Violeta Arraes de Alencar Gervasieau, Everaldo Norões e Almeri Bezerra de Mello. O jornal circulava no Brasil, Argélia, França, Alemanha, Holanda, Inglaterra, Itália, México e Estados Unidos, e era produzido na própria residência de Arraes na capital da Argélia, em Argel, no bairro El Muradia.

O impresso se dedicava a denunciar a tortura, a censura, a desigualdade social no Brasil e todos os problemas que o país enfrentava em decorrência da ditadura. Cada país possuía um grupo de exilados que organizava a distribuição, traduzindo para o jornal para o idioma local e incorporando novos textos de acordo com a realidade local. Além disso, exemplares eram enviados para militantes que viviam no Brasil, em Cuba e na União Soviética. *FBI* defendia a ideia de democracia social, ou seja, uma sociedade que assegurasse os direitos à liberdade, e a igualdade plena. Esta ideia reunia pessoas com origem em distintos grupos de esquerda em um organismo conhecido como Comitê de Denúncia de Repressão no Brasil.

O público alvo era formado por jornalistas, acadêmicos, sindicalistas e partidos políticos que realizavam as assinaturas. O jornal circulou de 1968 a 1973 e encerrou suas atividades por divergências entre os participantes. De acordo com Cruz (2010) o *FBI* foi a maior expressão da oposição dos brasileiros no exterior causando preocupações no governo ditatorial.

O boletim era financiado e dirigido por Miguel Arraes, a partir do auxílio financeiro que recebia do governo argelino e posteriormente dos recursos que ele passou a receber quando começou a trabalhar e atuar como consultor político e em outras atividades. *FBI*

transformou-se numa estrutura política e de informações recebendo contribuições de diferentes segmentos das esquerdas, como o Partido Comunista e a Vanguarda Popular Revolucionária, além de intelectuais e artistas.

A imprensa no exílio dava oportunidade para que os indivíduos pudessem se expressar, refletir e estar mais próximos dos outros indivíduos que partilhavam das mesmas condições. Trocando conhecimentos, experiências, e ampliando horizontes políticos e culturais. *FBI*, diferente de outros periódicos que se dedicavam a propagação e discussão de projetos de revolução, estava preocupado essencialmente em trazer notícias então censuradas no Brasil, revelando à comunidade internacional o que estava ocorrendo. Denunciando principalmente a violação de direitos humanos, como torturas e desaparecimentos.

Nesse contexto, a imprensa produzida fora do Brasil buscava informar e ao mesmo tempo denunciar as arbitrariedades que estavam sendo cometidas no Brasil, pois existiam pressões para que os jornais e as revistas locais publicassem apenas notícias de interesse governamental. Esse fato não afetou apenas as relações entre censores e censurados, mas interferiu também nas relações entre jornalistas, proprietários e administradores.

Com o impacto da censura, vários veículos de comunicação fecharam, seja por iniciativa própria, por proibição, ou devido aos prejuízos econômicos. Atingindo principalmente os periódicos essencialmente políticos que radicalmente opostos ao regime. A autocensura também influenciou o mercado e a escrita dos jornalistas, que mudaram algumas práticas do seu ofício, seja por receio da prisão, pelo fechamento do jornal ou por temer o fim dos empréstimos e financiamentos.

Segundo Cruz (2010) as publicações no exterior promoviam debates entre os diferentes grupos de esquerda. Além de reproduzir artigos da imprensa brasileira e de periódicos clandestinos. Nesse contexto, a imprensa foi utilizada para informar e discutir ideias e estratégias de ação. Este trabalho funcionava através de uma rede de colaboração entre os exilados através de assinaturas, doações e informações para serem publicadas. Comunicar e mobilizar eram ações essenciais. Além disso, informar e discutir sobre o que acontecia no Brasil era uma forma de estar ligado ao país, de refletir sobre os acontecimentos políticos e de planejar ações que pudessem de alguma forma transformar o cenário ditatorial.

Para Rolemberg (2007) as edições refletiam as diversas formas que a esquerda interpretou o período; suas experiências, seus interesses, referências, discussões e os embates que estavam em voga naqueles anos. Os periódicos, geralmente traziam temas políticos e

informações sobre a situação social e econômica do Brasil, além de denúncias sobre perseguições e torturas a quem não apoiava o regime militar. No exílio, as esquerdas procuravam interpretar o passado e formular projetos para a política brasileira após a anistia. Demonstrando assim, que essa condição não significava o fim da militância política para aqueles que atuavam na oposição. Nesse contexto, a imprensa foi a principal ferramenta utilizada pelos exilados para exporem suas ideias, fazerem denúncias e dar visibilidade para os seus projetos.

Verificamos que ainda há poucos trabalhos dedicados a analisar a atuação dos periódicos publicados durante o exílio brasileiro. Ainda não há números exatos de quantos materiais foram impressos, pois há ainda uma dificuldade em catalogar as coleções, que quase sempre estão dispersas em instituições diferentes. Apesar do importante papel que esses informativos desempenharam na luta contra a ditadura, existe uma escassez de pesquisas tendo esses títulos como objeto principal.

Uma das principais referências nessa temática são os trabalhos de Denise Rollemberg. Ela possui várias publicações que tratam acerca do exílio e de como os brasileiros lidaram com esse período da nossa história. Um dos mais influentes para a nossa pesquisa, é a obra “Exílio: entre raízes e radares”. Nesse livro, a autora propõe uma periodização para o exílio brasileiro. Uma primeira fase compreende de 1964 até 1973. Nesse momento, as cidades de Montevideu e Santiago são apontadas como os dois pólos de concentração das esquerdas.

Segundo Rolemberg (1999) o ano de 1973 marca o início da segunda fase. Nesse período a maioria dos exilados partiu para a Europa com perspectivas políticas bem diferentes da fase anterior. Ditaduras eram estabelecidas em outros países da América Latina e a possibilidade de resistência era cada vez mais remota. As lutas de denúncia e em defesa dos direitos humanos começam a ganhar cada vez mais visibilidade. Já a terceira fase, que a autora não delimita temporalmente, é caracterizada pela migração de muitos exilados para o continente africano, onde emergiam vitórias em lutas de libertação nacional e compreende o período em que muitos exilados decidiram por não retornar ao Brasil após a anistia em 1979.

Para Rolemberg (2004) a primeira geração de exilados era composta de indivíduos que se identificavam com o projeto das reformas de base, ligados a sindicatos e a partidos políticos legais como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ou ilegais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Quando partiram para o exílio, já eram sem sua maioria, pessoas

maduras e definidas profissionalmente. Segundo a autora, a delimitação de diferentes gerações de exilados nos ajuda a traçar diferenças e oposições imprescindíveis para quem pretende compreender o exílio em suas diversas fases. Nesse contexto, Miguel Arraes é citado como um dos poucos políticos que tentaram fazer o trânsito entre as diferentes gerações de exilados que atuavam no exterior.

De acordo com a historiadora, prevaleceu para as esquerdas exiladas, uma perspectiva de que o povo brasileiro estava sendo vítima de um regime opressor e manipulador e que existia o dever de informar a essa população, tanto na imprensa publicada no exílio quanto nos diversos eventos promovidos pelos exilados. Era preciso “desmascarar” a ditadura e mostrar o que estava acontecendo na “realidade”.

Neste sentido, para Denise Rollemberg, o exílio significou:

[...] uma experiência heterogênea, vivida em função de uma série de variáveis [...], inclusive de traços de personalidade de cada um. Assim, houve quem suportasse situações adversas, as mesmas nas quais outras sucumbiram e vice-versa. E mesmo há quem foi capaz de lutar, bravamente, pela vida em momento de perigo e, passada a ameaça, entraram em processo de autodestruição. Ou seja, as trajetórias no exílio variaram não só de pessoa para pessoa, mas também na mesma pessoa, segundo razões explicadas, muitas vezes, pelas circunstâncias históricas, mas que vão muito além destas, dizem respeito a um mundo subjetivo que só a História não dá conta.

Para Quadrat (2004) Miguel Arraes e Leonel Brizola eram vistos como pessoas capazes de organizar as esquerdas no exterior e conseguir apoio para a condenação pública da ditadura brasileira. Como mostra a documentação apresentada suas atividades eram seguidas e observadas detalhadamente, como demonstra o encontro entre Arraes e o então presidente do Chile Salvador Allende.

Nesse período, mais especificamente, entre os anos de 1968 e 1973, a ditadura militar no Brasil teve uma das suas fases mais coercitivas, na medida em que inúmeras pessoas tiveram que exilar-se e foram presas, censuradas, torturadas, mortas e desaparecidas. Neste sentido, o Estado visou manter um controle político-social e foram intensas as lutas em defesa da democracia dentro e fora do país. Foi nesse cenário que foi criado o FBI, uma importante ferramenta de denúncias e combate aos arbítrios cometidos pela ditadura militar.

Assim, dialogamos com Denise Rollemberg, quando ela destaca que “a imprensa, assim como os grupos políticos e culturais, são lugares privilegiados para a reflexão da maneira como a esquerda [...] viveu a experiência do exílio durante a ditadura”.

Imagem 1. Capa do jornal Frente Brasileira de Informações



Fonte: Edição nº 11. França. Julho 1970

Conforme podemos ver na imagem 1, a publicação está escrita em língua francesa e é a capa da décima primeira edição do Frente Brasileiro de Informações. A fonte traz como destaque uma cena que demonstra o período autoritário, uma fotografia pouco provável de ser publicada na grande imprensa brasileira. O jornal também dá visibilidade a Carlos Lamarca líder da organização guerrilheira Vanguarda Popular Revolucionária - VPR. Nesse período o Brasil vivia o auge da atuação das esquerdas armadas em resposta à grande repressão exercida pelas forças armadas. Lamarca foi procurado pelas forças de segurança em todo o país e no de 1970, período da publicação dessa edição do *FBI*, ele comandou diversos assaltos a bancos, montou um foco guerrilheiro na região do Vale do Ribeira, sul do estado de São Paulo e liderou o grupo que sequestrou o embaixador suíço Giovanni Bucher, no Rio de Janeiro, em troca da libertação de 70 presos políticos.

Atualmente o jornal Frente Brasileira de Informações encontra-se disponível para pesquisa em três locais. O Centro de Documentação e Memória da UNESP, o Instituto Miguel Arraes, e o Instituto Wladimir Herzog, com respectivamente 164, 126 e 82 exemplares nos seguintes idiomas, francês, inglês, italiano, alemão, espanhol e português. O impresso era publicado mensalmente e o número de páginas variava de dez a vinte e cinco páginas.

REFERÊNCIAS

- BURKE, Peter (Org). **O que é História Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas**. História da censura no Brasil
- CAVALCANTI, Lailson de Holanda. COLARES, Valda. **Magdalena Arraes: a dama da história**. Recife: Cepe, 2015.
- CORTEZ, Lucili Grangeiro. **O Drama Barroco dos Exilados do Nordeste**. Fortaleza: Editora UFC, 2005.
- CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. FRENTE BRASILEÑO DE INFORMACIONES E CAMPANHA: Os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979). 2010. 168f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**. Nos tempos da imprensa alternativa. 1ª ed. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. 1.ed.rev. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.
- MENDONÇA, Fernando. TAVARES, Cristina. **Conversações com Arraes**. Belo Horizonte: Vega, 1979.
- MORAES, Eldenor. **O mito pelo avesso**. Recife: Comunicante, 1994.

PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. 1. Ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

QUADRAT, Samanta Viz. In: RIDENTI, Marcelo. PATTO, Rodrigo (Orgs.). **O golpe e a ditadura 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru; SP: EDUSC, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. “Debate no exílio: em busca de renovação”. Marcelo Ridenti; Daniel Aarão Reis Filho (Orgs.). **História do marxismo no Brasil**. Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, v. 6, p. 291-339.

_____. “Memórias no exílio, memórias do exílio”. FERREIRA, Jorge; AARÃO Reis, Daniel. (Orgs.). **As Esquerdas no Brasil**. Revolução e democracia (1964...). Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Exílio**: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. (organizadora). **Que história é essa?** Novos temas e novos problemas em História. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ROZOWYKWIAT, Tereza. **Arraes**. São Paulo: Iluminuras, 2006.